

PESQUISA BIOGRÁFICA, CLÍNICA NARRATIVA E ANÁLISE DA RELAÇÃO COM A ESCRITA

Christophe Niewiadomski*

RESUMO

Este artigo propõe ao leitor a descrição de um dispositivo de produção biográfica e de análise relativa à escrita, visando explorar, em uma situação de grupo, a parte de invalidação ou de autorização ligada às representações da escrita para os participantes. A intenção do autor é ilustrada por um exemplo clínico, destinado a questionar as articulações entre o registro intrapsíquico e o registro sociocultural na construção da relação com a escrita.

Palavras-chave: Pesquisa biográfica. Clínica narrativa. Sociologia clínica. Psicanálise.

ABSTRACT

BIOGRAPHICAL RESEARCH, CLINICAL NARRATIVE AND ANALYSIS OF THEIR RELATION WITH WRITING

This article provides the reader with a description of a biographical production and writing analysis device to explore, in a group situation, the invalidation or authorization passage related to representations of writing for the participants. The aim of the author is illustrated by a clinical example to question the links between intrapsychic and sociocultural registers in the construction of their relation with writing.

Keywords: Biographical research. Clinical narrative. Clinical sociology. Psychoanalysis.

O objetivo desta contribuição é mostrar como a pesquisa biográfica, e mais particularmente a clínica narrativa, permitem esclarecer a problemática da relação com a escrita. Para tal fim, nós apresentaremos um dispositivo de produção biográfica e de análise do relato escrito, visando explorar, em uma situação de grupo, a parte de invalidação ou de autorização ligada às representações da escrita para os participantes. Enfim, ilustraremos nosso propósito com um exemplo clínico destinado a questionar as articulações entre o registro intrapsíquico e o registro sócio cultural na construção do relato escrito.

Escrita de si e construção da identidade narrativa na pós-modernidade

Tentar responder à questão “Quem sou eu?” confronta inevitavelmente o sujeito com a necessidade de um movimento reflexivo que conduz à escrita de si. Ricoeur (1990), evocando a noção de identidade narrativa, mostrou com precisão como a questão da identidade do sujeito contemporâneo está associada à temporalidade de uma vida e às contradições que dela decorrem. Embora o nome francês *identité* se origine efetivamente do substantivo latino *identitas*, ele próprio derivado da raiz

* Professor das Universidades de Ciências da Educação. Diretor da UFR DECCID. Universidade SHS Lille 3. Endereço pessoal: 42, rue Jean Baptiste Marquant. 59147 Gondecourt. France. christophe.niewiadomski@univ-lille3.fr

latina *idem*, isto é, “o mesmo”, ainda assim ocorre que, quando se procura definir a identidade do sujeito, a ideia de permanência no tempo não consegue dar conta do conjunto de processos que não cessam de colorir sua existência. O autor distingue aí duas dimensões contraditórias e indissociáveis do conceito de identidade: a identidade *idem*, chamada “mêmeté”, caracterizando a permanência do sujeito no tempo, e a identidade *ipse*, (do grego “si mesmo”), na qual a variabilidade do eu se organiza com a continuidade imaginária que o curso de uma existência requer. Confrontados com a impossibilidade de responder de maneira unívoca à questão “quem sou eu?”, nós tentamos permanentemente resolver o seguinte paradoxo identitário: “como encarnar ao mesmo tempo um ser de permanência e um ser em mudança?” Ricoeur (1990) mostra que o ser humano mobiliza a linguagem e, particularmente, a mediação narrativa de um relato dirigido a outro para resolver esse dilema, o que o leva, no final, a perceber sua identidade pessoal como uma identidade narrativa. Em outras palavras, o sujeito conquista sua identidade pessoal ao representar sua experiência pela mediação de uma configuração que permite seu relato e que o inscreve em uma dimensão temporal. A existência só se deixa perceber mediante uma representação retrospectiva de si mesma, que se apresenta como um discurso, e finalmente uma problematização da narrativa. Envolvidos pelas nossas respectivas histórias, nós não cessamos de configurá-las e de representá-las, ao sabor das verdades e ficções que nós contamos a nós próprios e que confiamos a outros.

Contudo, se a tentativa de atribuir um sentido à nossa existência por meio do relato que não cessamos de fazer de nós mesmos pode ser considerada consubstancial à natureza humana, as condições sociais e históricas que marcam o período contemporâneo afetam o tipo de narrativa que pode ser produzida e o seu grau de singularidade. De fato, os processos reflexivos do indivíduo contemporâneo adquiriram uma especial relevância desde a segunda metade do século XX, quando se desenvolveram formas de “individualismo societário” (ROSANVALLON, 1995) características das condições de vida que marcam as sociedades pós-industriais.

Assim, enquanto os grandes discursos de legitimação – a razão, o progresso, a emancipação –

(LYOTARD, 1979), que até então acompanhavam a escrita de si perdiam espaço, enquanto as instituições reguladoras mostravam-se menos marcantes e as demandas sociais se diversificavam, enquanto as trajetórias dos indivíduos organizavam-se sobre bases de forte singularidade – aí então se desenvolveu a ideia segundo a qual os indivíduos, em razão de sua atividade reflexiva e interpretativa, eram capazes de se tornar gestores de sua própria existência. Uma das consequências desse individualismo reflexivo foi levar o indivíduo contemporâneo a descobrir em si mesmo a força motora de sua ação e os princípios de sua conduta, agora que ele deveria definir os motivos e valores suscetíveis de atribuir sentido à sua existência. Christine Delory-Momberger constata, a esse respeito, uma profunda transformação da relação histórica entre o indivíduo e o social, na qual as demandas sociais, econômicas e institucionais que pesam sobre o indivíduo são percebidas como pertencentes ao campo da “responsabilidade individual”. Ela esclarece:

Os distúrbios da organização econômica e social, como as rupturas de trabalho, os períodos de desemprego e até episódios de exclusão profissional, são vividos por suas vítimas como situações individuais que elas devem atribuir a si mesmas. Assim sendo, cada um se envolve na construção de sua própria existência, de sua biografia – aqui compreendida não como o curso real e efetivo da vida, mas como a representação construída que dela fazem os atores – e investe na sua capacidade de biografar os meios sociais. (DELORY-MOMBERGER, 2009, p. 23).

Assim, se o individualismo contemporâneo tende a promover um sentimento mais forte de autonomia e liberdade em alguns indivíduos, a era da “sociedade biográfica” (ASTIER; DUVOUX, 2006) está longe de produzir efeitos homogêneos, de modo que os desafios sociopolíticos do uso da narrativa de si no espaço público não podem ser ignorados. De fato, se a escrita de si pode ter função de resistência (DELORY-MOMBERGER; NIEWIADOMSKI, 2009) e de emancipação, ela pode igualmente dar lugar a formas plurais de subordinação. Por exemplo, a pressão social para a realização individual se articula, às vezes, com o desenvolvimento de uma cultura de “gerência de si”, impondo ao ator social descobrir em si mesmo os recursos de sua integração social, de sua empre-

gabilidade, de seu sucesso profissional, ocultando ao mesmo tempo o conjunto de determinantes sociais que pesam sobre ele.

Pesquisa biográfica e clínica narrativa

Percebe-se que a narrativa de si, como existência individual formatada, se acha submetida às estruturações coletivas, históricas, culturais e sociais que, além mesmo da singularidade deste ou daquele sujeito, remetem a usos codificados. As formas de narrativa às quais nós recorremos para relatar nossa vida tomam de empréstimo modelos narrativos, *patterns* biográficos, que vão oferecer ao indivíduo esquemas estimuladores ou prescritivos que determinam modalidades de inserção social e de relação consigo mesmo. A pesquisa biográfica, campo de pesquisa relativamente recente e ainda em fase de construção, tem como projeto estudar, em uma dada sociedade, estes *patterns* biográficos, isto é, as condições de funcionamento pragmático, discursivo e simbólico da fala de si e relacionar as construções biográficas individuais com os modelos que orientam e estruturam as relações do indivíduo consigo e com a coletividade. Se tentarmos definir brevemente a pesquisa biográfica pelos seus projetos científicos, podemos considerar que ela busca estudar os processos de construção do sujeito no âmbito do espaço social, tentando perceber as maneiras como os indivíduos dão forma às suas experiências, como eles dão significado às situações e aos acontecimentos de suas existências, como eles agem e se constroem em seus ambientes históricos, sociais, culturais e políticos. Campo de pesquisa muito polimórfico, a pesquisa biográfica cobre domínios de intervenção como a autobiografia, as narrativas de vida, as histórias de vida em formação, os seminários “romance familiar e trajetória social”, inspirados pelo campo da sociologia clínica, as histórias de vida de coletividade, a psicobiografia etc.¹

Quanto a nós, desde alguns anos tentamos contribuir para a elaboração desse campo, trabalhando para estabelecer as bases de uma “clínica narrativa” no domínio das ciências humanas e sociais. Para

resumir, pode-se dizer que a clínica narrativa cobre a atenção clínica concedida à reconstrução da história de vida de uma ou de várias pessoas pelo relato oral e/ou escrito que elas fazem. Neste sentido, a clínica narrativa, paralelamente a um objetivo de conhecimento científico, tenta introduzir a intenção ética na relação intersubjetiva, atenta à mediação narrativa do relato como lugar de reflexividade e possível vetor de processos de transformação pelo deslocamento do sujeito. O objetivo buscado é dar ao discurso do sujeito um lugar central, visto que ele constitui uma fonte insubstituível de informações para esclarecer o modo como os indivíduos elaboram suas representações de si mesmos, suas relações com o outro e como, na articulação do individual com o social, eles atribuem uma forma às suas experiências. No plano epistemológico, essa atenção concedida ao discurso do sujeito, à maneira pela qual ele biografa suas experiências, informa sobre dois registros de conhecimento estreitamente articulados: o funcionamento singular de um sujeito age por uma economia psíquica e uma trajetória sempre singular, mas igualmente sobre a gênese socioindividual do sujeito contemporâneo.

Quatro características que permitem definir melhor os traços da clínica narrativa

Em primeiro lugar, ela se apoia no relato do sujeito e, assim, “leva a sério” seu discurso subjetivo. No contexto de nossas sociedades contemporâneas, nós vimos quanto “a obrigação da reflexividade” tornou-se uma das características essenciais de um modo de existência em que o indivíduo deve confrontar-se com a insegurança mental e com a presença dos riscos causados pelas incessantes mudanças às quais ele se acha submetido. Diante de sucessivas escolhas e da liberdade, ele é constantemente obrigado a avaliar qual a direção de sua ação. O biográfico, por meio da narrativa da experiência, torna-se assim um desafio maior para o indivíduo (a ponto de podermos hoje falar de desigualdades que resultam do diferencial do capital biográfico dos indivíduos), como também para os pesquisadores. De fato, a atenção concedida à singularidade torna-se hoje um aspecto central da

¹ Para maiores precisões, remetemos o leitor ao capítulo 2 do trabalho *Recherche biographique et clinique narrative* (NIEWIADOMSKI, 2012).

pesquisa em ciências humanas e sociais, visto que ela constitui uma via privilegiada para apreender a complexidade das relações de emergência mútua entre os indivíduos e a sociedade. Entretanto, o uso do biográfico nas ciências humanas e sociais desperta imediatamente reserva e resistência quanto à validade científica deste tipo de produção. As reservas epistemológicas tratam habitualmente da interrogação quanto ao emprego de um “discurso de verdade” por meio das categorias do biográfico e da noção “de ilusão biográfica”. Aparentemente, o uso do biográfico em ciências humanas e sociais remete inevitavelmente às categorias da “ilusão”, tal como foram descritas por Bourdieu (1986). Porém, mais do que um discurso “verdadeiro” no sentido de uma verdade histórica estrita dos fatos narrados, o que nos importa coletar em um relato traduz mais, provavelmente, aquilo que representa uma “verdade do sujeito”, testemunhando a veracidade e a autenticidade do discurso de um indivíduo que defende, em um momento dado e em determinado contexto, um ponto de vista sobre o real. Ninguém contestará que esse ponto de vista esteja nuançado pela subjetividade. Contudo essa subjetividade, inerente ao funcionamento humano e às suas categorias de pensamento, poderá manifestar-se em suas consequências práticas, cabendo ao interlocutor decodificar o que está em jogo no “aqui e agora” da interação, tanto em relação ao narrador quanto em relação a si mesmo.

Em segundo lugar, a clínica narrativa afasta-se consideravelmente de uma clínica “biomédica”, que busca seus fundamentos epistemológicos a partir do método dito “anatômico-clínico”. Classicamente, esse método tem como objeto identificar as modificações patológicas do organismo com a ajuda dos sintomas observados ao vivo, enquanto os objetivos buscados se organizam em torno das categorias do diagnóstico, do prognóstico e do tratamento. Determinado sinal remetendo a uma determinada síndrome e em seguida a um tratamento, o profissional, com a preocupação da eficiência, se preocupa finalmente muito pouco com a subjetividade do paciente, isto é, “com o corpo que ele é”, para aplicar processos terapêuticos supostamente adequados ao tratamento de um objeto parcial, ou seja, o “corpo que ele tem”. Trata-se então de uma clínica de observação, de uma clínica do olhar, de

“responsabilizar-se” e da objetivação do sujeito, o que causa algumas vezes o retraimento do próprio sujeito. De outro ângulo, a clínica narrativa privilegia a escuta de um “sujeito singular que deseja” e a “aceitação” da palavra viva de um indivíduo que não pode ser reduzido apenas aos dados de observação que foram coletados.

Em terceiro lugar, a clínica narrativa se apoia em um referencial teórico pluridisciplinar que visa articular a compreensão da realidade subjetiva do sujeito à realidade objetiva dos fatos sociais. Assim, psicanálise, sociologia, antropologia social, etnometodologia, psicossociologia, todas têm muito a ganhar quando convocadas na perspectiva gerada pelos propósitos da clínica narrativa. Neste sentido, sua orientação se conjuga aqui à da sociologia clínica que, contornando as separações disciplinares, se interessa particularmente pelo estudo das interações entre os processos psíquicos e os processos sociais, tentando evitar dois obstáculos: o “psicologismo”, visão que privilegiaria a análise dos fenômenos intrapsíquicos sem levar em conta as estruturas sociais nas quais vivem os indivíduos, e o “sociologismo”, que consideraria o sujeito como produto de determinantes sócio-históricos que o superam e sobre os quais ele não teria poder algum. Para De Gaulejac (1993, p. 14):

[...] a sociologia clínica tem por objeto desembaraçar os complexos nós existentes entre os determinismos sociais e os determinismos psíquicos na conduta dos indivíduos e dos grupos, assim como nas representações que eles fazem para si mesmos dessas condutas. Ela se inscreve no centro destas tensões entre objetividade e subjetividade, entre estrutura e ação, entre indivíduo produto sócio-histórico e indivíduo criador de história, entre a reprodução e a mudança, entre as dinâmicas inconscientes e as dinâmicas sociais [...]

Enfim, uma postura clínica visando acolher a palavra do outro não dispensaria um “trabalho sobre si mesmo” para o interlocutor do narrador. De fato, em nossa perspectiva, o clínico visa propor um trabalho de embasamento provisório destinado a dar suporte ao sujeito diante das dificuldades que vive e assim participar da compreensão do sentido de sua trajetória singular, de modo a ajudá-lo a achar finalmente seu próprio caminho. Entretanto, esse trabalho exige uma dupla precaução: sublimar

sua pulsão dominadora, evitando alienar o desejo do outro às suas perspectivas, isto é, trabalhar sobre sua implicação transferencial e contratransferencial, e dedicar-se a decodificar com precisão os fenômenos que afetam essas pessoas, por meio de uma leitura plural, destinada a permitir o cruzamento de determinantes de origens diversas.

Em resumo, essa postura clínica que tentamos esboçar aqui em traços gerais propõe levar em conta a palavra do sujeito, mediante a narração dos múltiplos aspectos que compõem sua trajetória biográfica, apoiando-se na multidisciplinaridade das referências teóricas utilizadas, mas também enfatiza a necessidade, para o narratário, de acolher em si o sentido que busca se expressar no outro, sem com isso desconsiderar a gestão dos efeitos de sua implicação pessoal na relação intersubjetiva.

Narrativa de vida, escrita de si e divisão do sujeito.

Nós baseamos até aqui nosso desenvolvimento sobre a importância da narrativa de si na modalidade oral como base da construção reflexiva da existência. Entretanto, o que ocorre com as práticas da escrita de si e em que elas diferem da expressão da palavra viva do sujeito? É, sem dúvida, por meio da autobiografia que algumas respostas podem ser provisoriamente encontradas.

Gusdorf (1990), interrogando-se sobre as origens da autobiografia, faz remontar as premissas deste gênero à prática dos “bios” dos filósofos socráticos. Filho de uma parteira, Sócrates dizia ter herdado de sua mãe a arte de dar à luz, não corpos, mas espíritos. Evocaremos a esse respeito, de maneira clássica, a maiêutica, ou ainda “a arte de trazer à luz ideias situadas dentro de si”, base filosófica de uma pedagogia que ainda hoje influencia amplamente o sistema educativo ocidental. Entretanto, as abordagens que colocam em perspectiva a dimensão de um sujeito capaz de lançar um olhar reflexivo sobre sua própria individualidade estão enraizadas no contexto da filosofia individualista dos séculos XVI e XVII, em particular por meio da obra de Michel de Montaigne e de René Descartes. Se o segundo, através do “cogito”, rompe com o raciocínio escolástico e lança as bases de um “sujeito racional”, foi sem dúvida graças ao

primeiro que o “sujeito subjetivo” obteve grande notoriedade. De fato, o projeto de “descrever-se a si mesmo”, tão apreciado por Montaigne, encontra aqui um vibrante eco à universalidade potencial do testemunho singular. Nos ensaios, o filósofo sugere como “cada homem carrega em si a forma inteira da condição humana” (MONTAIGNE, 1979, p. 805). Historicamente, é “a invenção do sujeito” que vai criar condições para uma relação direta do indivíduo consigo mesmo, abrindo assim a possibilidade da emergência de escritos biográficos, a partir daí não mais restritos à hegemonia dos testemunhos hagiográficos. Em seguida, no meado do século XVIII, paralelamente à ideia de democracia nos Estados Unidos e depois na Europa, as práticas “da escrita de si” obtiveram um progresso sem precedente graças à emergência do “fenômeno radicalmente novo da autobiografia,” descrito e analisado de maneira notável por Lejeune (1971).

Todavia, as características que nós mencionamos anteriormente a propósito dos efeitos da pós-modernidade sobre os indivíduos determinam hoje os fenômenos de busca identitária, que, sem dúvida, encontram uma das suas modalidades de expressão nas práticas “da escrita do íntimo”.

A multiplicação da prática dos ateliês de escrita exemplifica amplamente esse aspecto. Autores como Trekker (2006), por exemplo, se interrogam sobre os efeitos do recurso à escrita autobiográfica como modo de acesso privilegiado à reflexividade. Nós sublinhamos, no prefácio de uma de suas obras (TREKKER, 2009), quanto a função instauradora da enunciação, isto é, a função “da chegada do sujeito a si mesmo” (DE GAULEJAC, 2009), que favorece a narração, vai ser reforçada pelo trabalho da escrita, desde que este permita tornar ainda mais clara a experiência da divisão fundamental de nosso ser, isto é, a experiência da separação de si consigo mesmo, elemento fundador de nossa identidade pessoal. Segundo a célebre fórmula de Arthur Rimbaud, “EU é um outro”: “Je est un autre”. Se a alegação do poeta mostra até que ponto nós não podemos ser reduzidos à consciência refletida e a um “eu” que tenta se expressar, como a escrita permite dialogar com este “outro” em si? Trekker (2009) sustenta a hipótese segundo a qual a escrita contribuiria para ajudar o sujeito a “fazer um acordo” consigo mesmo. Como ela deixa um traço

sobre o qual é fácil retornar para trabalhar de novo, como favorece um distanciamento “físico” do texto para consigo mesmo, a escrita permite assim medir, sem dúvida de forma mais aguçada, a inadequação fundamental de nossa produção linguística a nosso respeito e também distinguir mais facilmente esse enigmático “outro em si”. Assim, a distância entre “o que eu escrevo daquilo que eu sou” e “aquilo que eu sou” se evidencia de maneira privilegiada, e favorece um melhor conhecimento de si. Além disso, o trabalho de problematização da existência afasta progressivamente o sujeito de sua única perspectiva “de constatação”. Não se trata apenas de escrever, porém de “se escrever”, escolhendo os fatos, organizando-os, criando relações de sentido entre eles. Ao longo das páginas, a escrita biográfica vai assim contribuir para a construção de um enunciado performativo autorreferencial em que o “eu”, referindo-se a uma realidade nova que ele próprio contribui para dar forma, permite ao narrador ter melhor acesso ao status de sujeito analítico e também crítico, a respeito de sua própria história (PINEAU; LE GRAND, 1993, p. 89). Outros pesquisadores, sob uma perspectiva mais psicanalítica, como Jean François Chiantaretto, por exemplo, insistem na importância da questão da “interlocução interna” no trabalho da escrita de si. O autor esclarece:

A ideia é explorar a tensão na escrita de si, qualquer que seja sua forma, entre duas posições psíquicas: a escrita como atestado de identidade e a escrita como testemunho de uma alteração. Trata-se, assim, de abordar os textos escritos como um dispositivo narrativo que apresenta um diálogo interior, a experiência de si como lugar de um diálogo. A experiência de si como lugar de um diálogo, é disso também que nos falam os sobreviventes de um genocídio, quando eles podem falar do assunto. O testemunho deles, ao lado do conteúdo da atestação narrativa, testemunha também um ataque, na sua interioridade mesmo, da ligação que os identifica ao conjunto humano. Primo Levi encarna, no mais alto grau, para mim, a figura da testemunha sobrevivente, condenado a testemunhar ao mesmo tempo sua sobrevivência e o ataque destruidor, jamais completamente reparável, do pertencimento humano. Devo a ‘Se é um homem’ ter formulado a noção de testemunha interna, para identificar esta figura identificadora do semelhante em si, interlocutor interno que assegura o lugar

singular de um sujeito falante, isto é, de um sujeito que se tornou apto ao uso da palavra pela experiência de ter sido falado, contanto que ela lhe permita se expressar. (CHIANTARETTO, 2009, p. 299.).

Entretanto, em matéria de relato oral e autobiografia, o aumento do individualismo e a ideologia da realização de si mesmo constituem um pano de fundo sócio-histórico que convém não desprezar. De fato, se o narrador for um “Sujeito”, o termo revela-se extremamente polissêmico. Ao mesmo tempo sujeito “livre”, responsável pelas suas escolhas e por seus compromissos, o sujeito é também “aquele que está colocado abaixo”, isto é, um sujeito irredutivelmente submetido à lógica de sua estrutura inconsciente (o “sujeito dividido” da psicanálise) e às determinantes históricas e sociais que o estabelecem como um indivíduo social. Em outros termos, o narrador é ao mesmo tempo “causa de sua ação” e estruturalmente “estranho a si mesmo” pela sua inscrição na linguagem e, além disso, por estar submetido às lógicas da atuação social. Estas últimas determinam não omitir, na narrativa, em que condições macroscópicas ela foi produzida e acolhida. Nesse sentido, as dimensões biográficas, intrapsíquicas, históricas, culturais, sociais, políticas, econômicas etc. ganham ao se articularem para desenvolver um trabalho hermenêutico suscetível de melhor compreender o lugar do sujeito em seus diferentes ambientes. Em consequência, em uma sociedade fluida e móvel, na qual os pontos de referência aparecem flutuantes e onde cada um se encarrega finalmente de sua própria história, escrever pode constituir, sem dúvida, uma prática portadora de sentido. Entretanto, de que sentido se trata? Trata-se de encontrar um sentido, um significado para sua existência? De afirmar sua singularidade? De reatar com sua sensibilidade interior? De identificar que direção se pretende dar ao seu projeto de vida? De articular fenômenos intrapsíquicos e sociopsíquicos, visto que eles participam da construção identitária de cada um? De esclarecer os múltiplos determinantes que formatam nossas trajetórias de vida? De abordar eventuais “feridas interiores”? De entender-se sobre os segredos de família, cujos efeitos às vezes se fazem sentir durante várias gerações? De testemunhar para poder transmitir uma memória individual e/ou coletiva? Tantas outras questões e motivações potenciais que

procuram sempre respostas pessoais. Todavia, além desses desafios singulares, quais são as relações entre a escrita e a vida? O que nos leva a escrever? De onde vêm as dificuldades diante da escrita?

Um dispositivo de produção biográfica e de análise da relação com a escrita

Para tentar responder a essas questões, evocaremos aqui o trabalho realizado durante o seminário de implicação e de pesquisa intitulado “Narrativa de vida e escrita”, no qual os participantes exploram os laços tecidos entre biografia e construção da relação com a escrita. Este seminário, com a duração de quatro dias, se insere na oferta de formação do Instituto Internacional de Sociologia Clínica (IISC)² e se inspira, dentre outras fontes, na perspectiva desenvolvida no contexto dos grupos de implicação e de pesquisa “Romance familiar e trajetória social” (DE GAULEJAC, 1999). O objetivo desses grupos, compostos de 10 a 12 pessoas, é favorecer a implicação contratual dos participantes articulando um nível narrativo, isto é, a expressão descritiva de uma vivência singular, com um nível reflexivo e analítico mais coletivo, levando à co-produção de hipóteses apoiadas na análise cruzada de fatores psicológicos, sociológicos e culturais, cujas articulações, ainda que habitualmente pouco conscientizadas, condicionam as histórias dos indivíduos.

A hipótese central, sobre a qual se baseia esse seminário que enfoca a relação com a escrita, envolve a ideia segundo a qual a capacidade de escrever deriva menos das capacidades consideradas “naturais” do que de um construto sociocultural e imaginário do qual é possível encontrar vestígio na biografia do sujeito. De fato, se o acesso à escrita difere consideravelmente segundo as características ligadas à economia psíquica singular dos indivíduos, estas diferenças estão igualmente relacionadas com a situação ocupada pelos atores sociais no espaço das posições sociais e pela herança cultural e afetiva de que eles são portadores. O ato de escrever, com efeito, confronta frequentemente o indivíduo com a problemática da “escrita legítima”, isto é, com a violência concreta do mercado dos

bens simbólicos nesta área. Destacaremos aqui, por exemplo, a sacralização dos escritos literários e eruditos, inculcada no sistema escolar desde os primeiros anos. Para alguns, essa representação da escrita “legítima” pode ter aguçado o desejo de escrever, tornando-o de difícil acesso. Em outros casos, essa obrigação de obedecer às formas canônicas da escrita pode igualmente produzir inibição e rejeição.

Nós descrevemos em outra obra o detalhe do dispositivo metodológico empregado e os instrumentos aos quais nós recorreremos (NIEWIADOMSKI, 2010). Basta explicitar aqui que ao fim de uma fase contratual cuidadosamente elaborada com os participantes, nós sugerimos aos membros do grupo proposições de escrita inspiradas na abordagem dos ateliês de escrita e a realização de um suporte de síntese intitulado “Trajetória de vida e história familiar. Lugar da escrita e dos escritos”. Estas propostas de realização de textos breves visam estimular a escrita e permitem experimentar variadas formas de relato escrito. Estes textos são, em seguida, total ou parcialmente lidos em voz alta, antes de dar início ao debate. De uma maneira transversal, a realização e a socialização do suporte de síntese acima evocado permitem elaborar hipóteses sobre as ligações existentes entre os escritos e a história individual e familiar dos participantes, a fim de poder identificar mais claramente as modalidades de construção relativas à escrita.

Nesse trabalho, nós nos interessamos principalmente pela articulação entre produção oral e produção escrita, com base nas constatações apresentadas a seguir:

- a) Se a escrita perde às vezes em espontaneidade em relação à linguagem oral, ela amplia, entretanto, sensivelmente as possibilidades de produção e de reapropriação do sentido, permitindo recorrer às formas silogísticas do raciocínio. Nesta perspectiva, a escrita autobiográfica completa eficazmente o trabalho de oralidade das narrativas de vida, por meio de tomadas de consciência reflexivas específicas. Estas estão ligadas ao fenômeno de distanciamento acentuado que favorece a escrita em relação à expressão oral da vivência. “A escrita é o jogo na

2 Para mais informações, acessar <<http://www.sociologieclinique-iisc.com>>.

linguagem; não como a entende *Phèdre*, porque seria uma infantilidade ao lado da gravidade séria e adulta da palavra, mas porque ela libera restrições próprias da enunciação oral, que é sempre um ato circunstancial, interpessoal e não estritamente reproduzível. A escrita é a possibilidade de jogo do intelecto com a língua” (BAZIN; Bensa, 1979, p. 9). Consequentemente, a dialética oral/escrito parece favorecer aqui uma mais-valia significativa em termos de desdobramento hermenêutico.

- b) O fato de experimentar e de interagir a propósito das variadas formas de escrita por ocasião desse seminário oferece aos participantes a possibilidade de interrogar seus hábitos em matéria de relação com a escrita e questiona as eventuais ausências ou repetições significativas. Nós tentamos, pois, nos desligar aqui suficientemente da forma canônica de “escrever bem”, de tal modo que os participantes possam experimentar formas plurais de escrita, e assim identificar mais facilmente sua relação com a língua, com a escrita, e ver como esta relação estrutura em parte o curso de suas vidas. Trata-se de encontrar coletivamente as formas mais adequadas ao envolvimento dos participantes em um trabalho de interação com o outro, sem deixar de favorecer a necessária instauração do diálogo de cada um com “o outro de si mesmo”.
- c) Enfim, se o indivíduo pode ser considerado como “o produto de uma história da qual ele busca tornar-se sujeito”(DE GAULEJAC, 1999, p. 11), então o que podem trazer a escrita e a reflexão sobre sua relação com a escrita nesta construção do sujeito?

Examinemos agora o trabalho realizado por uma das participantes deste dispositivo.

Entre cozinha e sótão, uma escrita que não é exatamente a minha

Pauline é uma mulher jovem, de cerca de 40 anos, que, graças à formação que obteve nos últi-

mos anos na área da psicossociologia e da sociologia clínica, conhece bem a prática das narrativas de vida e as bases teóricas que dão suporte a esse seminário, do qual ela quis participar.

Diplomada em vitimologia e jornalismo, especializada em investigações nas zonas de conflito ou de após-guerra, ela se interessa principalmente pelo relato das vítimas de traumatismos, dos quais ela dá testemunho por meio de reportagens e publicações. Na apresentação que ela faz de si mesma aos demais participantes, Pauline explica que vem trabalhar pelo prazer da escrita, mas que ela sente antecipadamente a angústia de compartilhar. Ela declara: “gostaria de tentar explorar esta escrita que não é exatamente a minha...”.

As primeiras produções escritas que ela redige, a partir de instruções definidas pelo seminário³, são textos geralmente elegantes e estéticos, que atestam seu domínio dos códigos sintáticos formais. Todavia, o sentido se mostra muito alusivo. Para maior clareza, eis aqui um breve extrato de um dos primeiros textos produzidos por Pauline no grupo:

Quando criança, eu gostava de viver fora, de viver ao ar livre. Estar fora é estar em outro lugar... Cresci no patamar da escada. O escritório de meu pai, lugar cobijado de transmissão. A cozinha, o lugar de minha mãe, o cheiro do café... Hoje, tenho a profissão de jornalista, percorro o mundo e escrevo para os outros. A escrita me deixa antissocial, enquanto minha escrita pretende ser social.

Ao fim da leitura que Pauline faz desse texto, uma curiosa troca se inicia no grupo. Inexplicavelmente, Pauline parece permanecer surda aos pedidos de esclarecimento que lhe são dirigidos. As perguntas dos participantes, não invasivas e banais em seu desejo de explicitação, se inscrevem, entretanto, na linha do diálogo já iniciado a partir dos trabalhos de outros participantes. Por outro lado, Pauline se mostra atenta e cooperante, mas

3 Estas instruções se organizam em torno de proposições de escrita que atuam como “estímulos” ao ato de escrever. Há fórmulas breves, que os participantes devem completar, tais como: “tudo ia bem até que...”, ao lado de outras mais elaboradas, baseadas na leitura de textos que favorecem o ingresso na escrita mais temática. A leitura de um extrato da obra de Albert Camus, por exemplo, despertando uma lembrança escolar do autor, quando este último testemunha a vergonha de suas origens sociais e sente “vergonha de ter tido vergonha”, permite incitar os participantes a relembrem as condições e os efeitos do encontro com outro meio social, evocando assim eventuais conflitos de hábitos.

suas respostas, às vezes surpreendentes e imprecisas, parecem “deslocadas” e acentuam ainda mais a opacidade que se instaura, pouco a pouco, em torno de um texto considerado misterioso porque Pauline não percebe a necessidade de recorrer a informações complementares a fim de decodificar sua significação.

Em outros termos, Pauline desvela aqui um enunciado que ela julga autossuficiente, isto é, “fechado em si mesmo”, esperando dos outros participantes que eles possam esclarecê-la sobre o produto de uma enunciação que busca fazer-se ouvir de modo ambivalente. Tudo parece se passar como se ela procurasse dissociar *autor e narrador* para guardar uma distância prudente daquilo que seu texto poderia revelar e, sem dúvida, mais ainda, “lhe revelar”. Interpelada em seguida pelos participantes quanto à falta de clareza das respostas que ela oferece às perguntas que lhe são formuladas, Pauline explica que se sente muito mais à vontade com uma escrita que ela qualifica de *poética*, sobretudo quando se trata de falar dela própria. Ela completa: “Minha escrita é o testemunho, mas meu modo de expressão pessoal é a poesia... Frequentemente, quando me dizem que está bom, eu não gosto, e quando eu gosto, os outros não me compreendem.”

Por ocasião do segundo dia do seminário, Pauline realiza o suporte intitulado “Trajetória de vida e história familiar. Lugar da escrita e dos escritos”. Como o exercício não se presta muito à eufemização, ela é levada a explicitar certo número de dados fatuais relacionados com sua história familiar e pessoal. No momento das intervenções em volta da mesa, que encerra os trabalhos do dia, Pauline, entusiasmada, expressa o ganho que obteve através da simples realização deste suporte. Ele lhe permitiu tecer laços de sentido até então nunca identificados.

Todavia, ela acrescenta, esse sentimento de euforia vem acompanhado do receio de socializar seu trabalho. Ela decidirá, finalmente, apresentá-lo no dia seguinte.

Descobrimos assim que Pauline é a mais jovem de uma família de seis irmãos. Seu pai parece ter realizado uma trajetória social ascendente, na qual a relação com a escrita representa um papel significativo. Professor de letras, ele é apresenta-

do como “o erudito da família”. Ele tentou, além disso, escrever várias obras. “Para meu pai, apenas aqueles que escrevem são dignos de interesse...”, declara Pauline. A mãe, dona de casa, é apresentada como uma grande leitora que gosta dos jogos de inteligência e que idealiza seu marido, apesar do caráter sombrio e às vezes colérico. Uma modesta herança proveniente da família de sua esposa permite ao pai de Pauline financiar a publicação de uma obra por conta própria. Como o livro não obtém o sucesso esperado, ele logo retira o conjunto de obras das livrarias e queima os volumes, em um súbito acesso de cólera. Além disso, ele se fecha regularmente no sótão para escrever, enquanto as crianças são impedidas de fazer qualquer ruído para não incomodá-lo. Quanto à mãe, geralmente confinada na cozinha, sofre de uma deficiência auditiva. O ambiente familiar é, portanto, bastante particular, confia Pauline: “Meu pai não falava e minha mãe não ouvia...”. Sendo a última das crianças, ela guarda muito poucas lembranças desse período de sua vida, a não ser que sua existência de menina organizava-se entre a cozinha, o lugar da mãe, e o sótão, domínio do pai, ao qual ela não tem acesso. Sem fornecer maiores detalhes, Pauline explica ter deixado a casa paterna com 14 anos, para viver em casa de uma de suas irmãs mais velhas. Apaixonada pela leitura, ela descobre autores como Vian, Camus, Moravia, e logo se orienta para os estudos de letras, antes de integrar uma grande rádio nacional e construir a carreira de jornalista que mencionamos anteriormente.

Ao final desse relato, que resumimos aqui, as interações com os participantes do grupo vão orientar progressivamente a reflexão coletiva e o trabalho de Pauline em torno de três eixos.

Em primeiro lugar, Pauline volta à figura do pai e àquilo que ela identifica como resultante dos efeitos prováveis de uma “neurose de classe” (DE GAULEJAC, 1987). Originário de um meio extremamente modesto, seu pai teria procurado romper com suas origens familiares, julgadas social e culturalmente desprezíveis, investindo em uma identidade social “de intelectual”. Entretanto, em razão da falta de recursos financeiros, o pai nunca pôde seguir os cursos desejados. Autodidata, ele se formou após um percurso pessoal relativamente caótico. Segundo Pauline, seu pai era um professor de

colégio respeitado pelos alunos e colegas, mas que desenvolveu um forte sentimento de ilegitimidade intelectual, o que o levou a isolar-se e a investir excessivamente na imagem do escritor que ele jamais chegou a ser realmente. O episódio espetacular de retirar suas obras das livrarias e destruí-las “pelo fogo” dá testemunho, segundo Pauline, da carga emocional e da frustração sentidas pelo pai. Para ele, a obra que não é objeto de reconhecimento público remete também ao sentimento insuportável de ilegitimidade e de vergonha pelas suas origens.

Em segundo lugar, Pauline, com a ajuda do grupo, interroga-se sobre o que, na sua família, parece ter contribuído para “favorecer” ou “impedir” a escrita. Rapidamente, uma hipótese de trabalho se elabora em torno da percepção de um conflito de lealdade a respeito de seus pais. Pauline explica que ela se sentiu prisioneira de seguinte conselho: “escreva, mas não escreva!” Ela explica: “do lado de minha mãe, o discurso explícito se resumia assim: ‘escrever, é magnífico’. Do lado de meu pai, a escrita era inteiramente sacralizada e só aqueles que escreviam tinham prestígio, na sua ótica.” Entretanto, esse poderoso convite à escrita se contradizia amplamente por um discurso implícito de natureza diferente. A mãe sofre com a obsessão da escrita vivida por um marido que se isola no seu escritório. Ela assinala a sua filha que seria conveniente “não parecer com seu pai”. O pai, por outro lado, exalta o trabalho da escrita, porém não suporta a invalidação da qual se sente objeto. Em outras palavras, ele sugere à filha a que ponto o fato de escrever a tornaria digna de interesse, deixando perceber como o sucesso nesta área contribuiria para reforçar o sentimento de derrota que o habita.

Em terceiro lugar, Pauline evoca a surpreendente ocultação de suas lembranças de infância, sugerindo que esta situação parece derivar de cenas traumáticas das quais ela teria sido espectadora. Pauline explica que tais cenas justificam sua partida da casa paterna, quando ela era adolescente⁴.

Ao final dessas interações, Pauline tenta relacionar esses elementos, visando esclarecer alguns dos aspectos da construção de sua relação com a

escrita. Nesta perspectiva, a natureza de seu trabalho de escrita profissional atual, para ela, teria relação direta com sua história familiar: “eu reproduzo atualmente a palavra de pessoas que sofreram grandes violências e dou forma a seus relatos sem, contudo, me implicar diretamente nesta escrita. Minha abordagem é o testemunho. Ao fazê-lo, eu tenho o sentimento de escrever ‘entre o porão e o sótão’, passando de um extremo a outro, isto é, entre as manifestações contraditórias de meus pais, a fim de atestar o sofrimento dos outros. É preciso que eu escreva sem dizer o que sinto, que eu dê um testemunho, mas que permaneça na sombra e, finalmente, que eu apague a minha presença[...]”. Se Pauline faz da escrita sua profissão, suas práticas nesta área a expõem muito pouco como autora. A escritora figura aqui como uma terceira pessoa, à qual Pauline “dá sua ajuda”. Deste modo, ela escreve atendendo a um dos aspectos do desejo manifestado por seus pais, porém utiliza um artifício para se colocar finalmente “ausente” daquilo que ela produz, respeitando assim o outro aspecto da recomendação paradoxal de que ela se julga objeto. Desde então, é nesse jogo de luz e sombra que Pauline parece existir, dando testemunho de histórias que não são a dela, mas que, indiretamente, não deixam de fazer referências.

De outra natureza, o trabalho de escrita realizado no grupo lhe permitirá abordar os determinantes dessa escrita que ela diz “não ser exatamente a sua” e efetuar um “passo ao lado”, suscetível de lhe permitir compreender melhor as dificuldades encontradas quando ela ocupa uma posição de autora e não apenas de narradora.

A relatividade do trabalho de construção do sentido

Após a leitura deste exemplo clínico, pressentimos imediatamente o interesse e os limites de tal dispositivo clínico. Se este pode favorecer o trabalho dos participantes quanto à exploração de sua relação com a escrita, as hipóteses formuladas, longe de parecerem exaustivas, deixam seguramente na sombra numerosos elementos. Assim, por exemplo, as ligações com as dimensões edípicas que filtram no relato de Pauline, ou ainda os epi-

4 Não será necessário entrar em mais amplos detalhes para nossa demonstração. Basta informar ao leitor que o episódio da violência do pai, aparentemente, está associado a um contexto incestuoso em relação a uma das irmãs mais velhas de Pauline.

sódios traumáticos que ela aparentemente testemunhou, não puderam ser tratados nesse seminário. Do nosso ponto de vista, o quadro proposto e sua temporalidade não permitem, de modo algum, tal trabalho, que requer outro lugar e outro dispositivo. Apesar disso, é importante não ocultar essas dimensões e, respeitando a parte de sombra que limita o relato da experiência subjetiva, torna-se possível significar a relevância de “outra cena” que derive mais especificamente do campo de competência da psicanálise.

Essa constatação tem consequências epistemológicas sobre as ambições da sociologia clínica. De fato, o dispositivo ao qual nos referimos aqui deriva, ao mesmo tempo, de um grupo com implicação pessoal, a serviço da formação e do desenvolvimento pessoal dos participantes, e de um método de investigação destinado à análise das interações entre fatores psicológicos e sociológicos. Se as hipóteses de trabalho elaboradas a partir das narrativas dos participantes são construídas com as pessoas implicadas, ocorre que esta situação interacional coloca o sujeito numa posição bastante particular. Ele se encontra, assim, como sujeito e objeto do processo de pesquisa, produzindo não só a “matéria-prima” necessária ao trabalho de interpretação, porém refletindo, do mesmo modo, sobre seu tratamento.

A abordagem é clínica no sentido de tentar situar-se bem perto da vivência dos participantes, mas concede, igualmente, atenção à emergência das interpretações produzidas no “aqui e agora” do seminário. Contudo, para o animador, a interpretação finalmente selecionada implica em fazer escolhas.

Trata-se, frequentemente, de tomar partido entre várias possibilidades; em seguida, de formular uma ou mais hipóteses, que serão argumentadas a partir de referenciais teóricos subjacentes. Assim, a interpretação obedece ao mesmo tempo à subjetividade clínica das pessoas que compõem o grupo, inclusive o animador, como também à necessidade de obter um trabalho de objetivação capaz de sustentar a lógica dos modelos teóricos empregados. A interpretação constitui, pois, uma função particularmente complexa.

Efetivamente, os referenciais teóricos mobilizados para construir as hipóteses de trabalho que vão alimentar a interpretação remetem a disciplinas

que tratam a questão hermenêutica de maneira muito diferente. Para a sociologia⁵, o trabalho de interpretação obedece a regras de objetivação que se destinam a produzir um discurso sobre o social, buscando destacar as estruturas imanentes a partir de dados ou de propósitos conjunturais. A herança do pensamento sociológico de Durkheim influencia aqui, de forma considerável, as contribuições epistemológicas que podem ajudar à interpretação. Nesta perspectiva, os fatos sociais são considerados como “coisas”, isto é, eles seriam portadores de uma realidade independente do observador⁶. Além disso, o trabalho de interpretação remete aqui à busca da causalidade de um fato social devido a outro fato social. Quanto à psicanálise, ela trata a questão da interpretação de maneira muito diversa. Além do fato do psiquismo não ser diretamente observável e exercer pouco efeito sobre os procedimentos quantitativos próprios das ciências da natureza, a concepção freudiana do inconsciente insiste nas consequências da existência de um lugar psíquico no qual o princípio de não contradição e de “exclusão do terceiro” não ocorre. A interpretação aqui está estreitamente ligada à presença do observador, visto que ela se articula com as questões de transferência, de contratransferência, de defesa e de resistência. Além disso, a interpretação na psicanálise não obedece a uma divisão de trabalho que coloque o analisando em posição de “produtor de matéria-prima” e o analista em posição de “interpretante”. O trabalho de interpretação é, antes de tudo, o do analisando que, submetido à regra da associação livre, é levado a estabelecer laços de sentido durante sua fala. Para o analista, a interpretação remete a uma oscilação entre atos de compreensão “racional”, na medida em que eles se apoiam em um *corpus* teórico de referência, mas se baseiam igualmente na manifestação de fenômenos inconscientes que se desdobram em cada um dos protagonistas implicados na situação de interlocução.

5 Evidentemente, seria abusivo citar aqui “a sociologia”, visto que esta disciplina recobre hoje áreas de estudos e práticas muito diversas. A mesma observação se aplica, a seguir, a propósito de “a psicanálise”

6 Se a sociologia contemporânea, na grande maioria, já não se apoia no princípio de não-contradição, ainda assim encontramos aqui, historicamente, relações de semelhança epistemológica com a lógica científica desenvolvida por Auguste Comte, na qual o trabalho de interpretação obedece a regras de objetivação baseadas na lógica aristotélica da exclusão do terceiro elemento.

Consequentemente, se a ambição do dispositivo que apresentamos aqui consiste em tentar articular várias disciplinas sem negar sua heterogeneidade e suas eventuais oposições, visando assim propor modalidades de intervenção complexas, que conduzam a vários registros de

interpretação, vale lembrar que o trabalho derivado da esfera inconsciente só pode ser abordado aqui sucintamente. Neste sentido, não poderia haver confusão entre os objetivos de tal trabalho e aquilo que decorre mais especificamente do campo da psicanálise.

REFERÊNCIAS

- ASTIER, I.; DUVOUX, N. **La société biographique**. Une injonction à vivre dignement. Paris: L'Harmattan, 2006.
- BAZIN, J. ; BENZA, A. Prefácio. In: GOODY, J. **La raison graphique**. La domestication de la pensée sauvage. Paris: éditions de Minuit, 1979.
- BOURDIEU, P. L'illusion biographique. **Actes de la recherche en sciences sociales**, V. 6, n. 1, p. 69-72, 1986.
- CHIANTARETTO, J. F. Escrita de si, construção do eu experiência traumática. A questão da interlocução interna. In: TAKEUTI, N. M.; NIEWIADOMSKI, C. **Reinvenções do sujeito social**. Teorias e práticas biográficas. Porto Alegre: Sulinas, 2009.
- DE GAULEJAC, V. **L'histoire en héritage**. Roman familial et trajectoire sociale. Paris: Desclée de Brouwer, 1999.
- _____. **Qui est je?** Sociologie clinique du sujet. Paris: Seuil, 2009.
- _____. **La névrose de classe**. Paris: Hommes et groups, 1987.
- DE GAULEJAC, V; ROY, S. **Sociologies cliniques**. Marseille: Hommes et perspectives, 1993.
- DELORY-MOMBERGER, C. **La condition biographique**. Essai sur le récit de soi dans la modernité avancée. Paris: Téraèdre, 2009.
- _____; NIEWIADOMSKI, C. **Vivre-Survivre**. Récits de résistance. Paris: Téraèdre. Coll, 2009.
- GUSDORF, G. **Les écritures du moi**. Paris: Odile Jacob, 1990.
- LEJEUNE, P. **L'autobiographie en France**. Paris: Armand Colin, 1971.
- LYOTARD, J.-F. **La condition postmoderne**. Paris: éditions de Minuit, 1979.
- MONTAIGNE, M. **Les Essais**. Livre III. Paris : Garnier Flammarion, 1979.
- NIEWIADOMSKI, C. L'approche biographique de l'écriture. Les apports de la sociologie clinique. In: **Revue Recherche et Formation**, n. 63. p. 91-104, 2010.
- _____. **Recherche biographique et clinique narrative**. Toulouse: Erès, 2012.
- PINEAU, G.; LE GRAND, J. L. **Les histoires de vie**. Paris: PUF, 1993.
- RICOEUR, P. **Soi - même comme un autre**. Paris: Seuil, 1990.
- ROSANVALLON, P. **La nouvelle question sociale**. Repenser l'Etat providence. Paris: Seuil, 1995.
- TREKKER, A. M. **Les mots pour s'écrire**. Tissage de sens et de lien. Paris : L'Harmattan, 2006.
- _____. **Des femmes s'écrivent**. Enjeux existentiels et relationnels d'une identité narrative. Paris: L'Harmattan, 2009.

Recebido em 16.06.2013

Aprovado em 21.08.2013